A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DAS TERRAS INDÍGENAS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA EVOLUTIVA NA VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

THE ECONOMIC EXPLOITATION OF INDIGENOUS LANDS: AN EVOLUTIONARY
HISTORICAL ANALYSIS OF HUMAN RIGHTS VIOLATIONS

Vitória Fregonesi Munhóz¹
Marina Calanca Servo²
Andréia Chiquini Bugalho³

RESUMO

Atualmente, os povos originários passam por uma crise social e sanitária, em que seus direitos vêm sendo subjugados, levando a invasões constantes em suas terras, protegidas por lei. Esses invasores ainda impedem o auxílio governamental, o que traz o agravamento das endemias nas regiões, além da falta de recursos, como alimentos e água potável. Diante desse exposto, objetiva-se compreender como a chegada dos europeus e suas relações com os nativos fomenta o descaso e preconceito para com os indígenas nos tempos modernos. Para isso, foi usada a metodologia de revisão bibliográfica e de documentários que abordam o tema. Além disso, buscou-se analisar casos concretos, como o assassinato de Dom e Bruno, denúncias ao Estado, como a feita pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, além de normas que tratam do tema. A pesquisa demonstrou que o preconceito é estrutural, tendo origem desde a dominação dos portugueses no Brasil e mantendo-se até a atualidade. Ademais, mostra-se que apesar de o país ter chance de reagir, seja no que condiz a ações dos representantes governamentais ou da própria sociedade, com soluções visíveis e possíveis, ainda não é possível verificar ações significativas e necessárias. Sendo assim, conclui-se que o Estado brasileiro vem se omitindo de suas funções e obrigações, enquanto passa em sua frente a dizimação dos povos indígenas ainda restantes, esses que tem uma cultura e etnia rica para agregar ao país.

Palavras-chaves: omissão Estatal. povos originários. etnofobia. garimpo. invasão.

ABSTRACT

Currently, indigenous peoples are going through a social and health crisis, in which their rights have been subjugated, leading to constant encroachments on their lands, protected by law.

---

¹ Centro Universitário de Votuporanga. E-mail: vitoriafm08@gmail.com

² Mestra em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto- USP (FDRP), docente no Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV) e na União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO), Líder e membro do Grupo de Estudo GEDTRAB da FDRP. Email. mariacservo@gmail.com

³ Professora na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Mestre pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Doutoranda na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). Especialista em Direito Agrário pelo Verbo Jurídico. Especialista em Direito Ambiental pela Uniamérica. Líder e Membro do Grupo de Pesquisa Contemporaneidade e Trabalho (GPCeT - Unaerp/RP). Líder e membro do Grupo de Estudo Núcleo de Pesquisa e Extensão - "O Trabalho além Direito do Trabalho" (NTDAT-FD/USP). E-mail: andreiabugalho@gmail.com

These invaders also prevent government aid, which brings the aggravation of endemic diseases in the regions, in addition to the lack of resources, such as food and drinking water. In view of the above, the objective is to understand how the arrival of Europeans and their relations with the natives fosters neglect and prejudice towards the indigenous peoples in modern times. For this, the methodology of bibliographic review and documentaries that address the theme was used. In addition, it sought to analyze concrete cases, such as the murder of Dom and Bruno, complaints to the State, such as the one made by the United Nations High Commissioner for Human Rights, in addition to norms that deal with the subject. The research showed that prejudice is structural, originating from the domination of the Portuguese in Brazil and continuing to this day. In addition, it is shown that although the country has a chance to react, whether in accordance with the actions of government representatives or society itself, With visible and possible solutions, it is not yet possible to verify significant and necessary actions. Thus, it is concluded that the Brazilian State has been omitting its functions and obligations, while the decimation of the remaining indigenous peoples, those who have a rich culture and ethnicity to add to the country, passes in front of them.

Keywords: State omission. native peoples. Ethnophobia. camp. invasion.

INTRODUÇÃO

Até a chegada dos europeus na América, em 1492, os povos ali viviam com suas próprias políticas, existindo desde relações comerciais e harmoniosas até conflitos geradores de guerras. Ademais, tendo em foco a colonização no Brasil, onde antes da chegada dos portugueses, eram estimados a existência de mais de mil populações diversas, é preciso compreender o início das relações de dependência entre os indígenas e portugueses, uma vez que os lusos chegavam doentes pela alimentação pobre, além de serem terras desconhecidas, ou seja, cheia de riscos.

Contudo, por volta de 1530, com os europeus entendendo melhor como funcionam as terras, seus interesses se afluíram para os quesitos econômicos, as formas que os europeus poderiam lucrar com as terras brasileiras tão vastas e férteis, o que gerou épocas de dominação, escravidão e perda de culturas e etnias.

Tendo em vista o contexto histórico da opressão das lusitanas nos povos indígenas, torna-se compreensível que exista o preconceito estrutural contra os povos originários, acarretando uma situação cruel e avassaladora para os mesmos. Nesse trabalho, propõe-se a análise das problemáticas que envolvem o uso das terras indígenas, desde o garimpo, que traz doenças e condições de precariedade, até a invasão de terras protegidas, com a busca, através da grilagem, de tomá-las dos indígenas.

Para tanto, foi utilizado o método dedutivo, bem como revisão bibliográfica, principalmente com o estudo da Lei n.º 6.001/1973, conhecida como “Estatuto do Índio”, bem como a própria Constituição Federal Brasileira, e ainda convenções e declarações internacionais, das quais o Brasil faz parte, comprometendo-se em proteger essa minoria, sendo exemplos a Convenção n.º169 e a Declaração das Nações Unidas dos Povos Indígenas, o que demonstra adequação ao eixo de pesquisa, além disso, é buscado a compreensão de casos concretos, em que acontece o embate entre os indígenas e seus defensores, como agentes da FUNAI, contra aqueles indivíduos que invadem as terras ilegalmente, com a intenção de garimpar, desmatar, trabalhar com a agropecuária.

Apesar da existência de normas nacionais e internacionais com previsão de tutela estatal aos indígenas, a hipótese da pesquisa é de que o Estado brasileiro vem se omitindo das suas obrigações perante os povos originários, já tão marginalizados, sendo que na pandemia de Covid-19, a situação se agravou, aumentando o estado de precariedade, uma vez que faltam suprimentos de saúde, alimentação e hidratação, aparentam reforçar a percepção, de como o Estado não está cumprindo com suas obrigações perante aos povos indígenas.

A pesquisa foi fracionada em três capítulos, sendo que o primeiro apresenta a contextualização histórica, os primeiros contatos entre europeus e nativos, desde o momento que se mostravam como harmoniosos, até se tornarem abusivos, quando os europeus passaram a buscar dominação.

No segunda capítulo, são feitas análises de relatos de médicos que trabalharam na área e jornalistas que pesquisaram a situação de perto, que demonstram a violência praticada em face de indígenas e dos indivíduos que se propõem a auxiliar na tutelar os direitos dos mesmos, bem como a realidade das pessoas que trabalham ilegalmente nas áreas que são protegidas conforme os termos da lei, evidenciando os destinatários e escoadores dos lucros da expropriação de terras, esses que não ficam somente presos ao Brasil, mas muito dos patrocinadores dessas atividades ilegais, tem a sede no exterior.

Por fim, no terceiro capítulo são abordadas leis, convenções e declarações de direitos humanos que preveem a tutela dos indígenas, com análise da (in)efetividade atual e a responsabilidade estatal em eventual violação de direitos e garantias fundamentais.

2 DO CONTEXTO HISTÓRICO À DIZIMAÇÃO DOS POVOS ORIGINÁRIOS

No século XV, as terras americanas foram descobertas por Cristóvão Colombo, mas novidade apenas para o povo europeu, uma vez que as terras já eram habitadas, por um parente antepassado do *Homo sapiens*, a estimados cento e trinta mil anos atrás, segundo a prestigiada revista norte-americana ‘Nature’ (apud Baima, 2017, n.p.).

Já na América do Sul, encontram-se provas de que o povoamento iniciou cerca de 20 mil a.C., chegando no Brasil em 16 mil a.C., tendo uma densa dispersão por todas as terras brasileiras em 9 mil a.C. (Olivieri, 2014, n.p.).

Como pode ser visto, a América já era repleta de seres humanos e nações muito antes da chamada ‘descoberta do novo mundo’.

Um ponto importante a ressaltar é que eram diversas nações existentes no país, estima-se que habitavam mais de mil povos nas terras brasileiras, que tinham relações políticas desde amistosas a conflitos geradores de guerras, culturas, tradições, modos de vida, alimentação, vestimenta. Eram uma diversidade de etnias, que, na atualidade, são confundidas como um só povo, composto por “selvagens”, contudo, ideia distante da verdade (Oliveira, 2018, 02:53 - 03:08).

No Brasil, os europeus, mais especificamente, os portugueses, chegaram no ano 1500, período em que se iniciaram relações políticas, trocas de bens, o chamado na época de escambo. Por algum tempo, os estrangeiros, denominados pela história de colonizadores, viviam em uma relação de dependência com os povos originários, isso, porque após a longa viagem, de aproximadamente três meses, chegavam doentes, devido à má alimentação, além de serem terras desconhecidas, necessitando de proteção e segurança (Krenak, 2018, 07:30 - 09:09).

A partir de 1530, os europeus começaram a ter a visão de quanto mais terras tinham, mais riquezas, também. O que levou a uma mudança na relação harmoniosa que tinham com os povos, em que a cobiça e ganância levaram ao preconceito, difundindo-se a ideia de que o europeu era superior intelectual e biologicamente ao americano, alegando serem pagãos e infieis. Em que aqueles que até então recorriam atrás de apoio e comércio, se tornaram meros animais, que serviam como mão-de-obra escrava, sem direito de posse das terras que a muito eram suas (Puntoni, 2018, 09:20 - 10:48).

Assim, começou o processo de colonização que levou a perda de cultura, conhecimento e redução exorbitante dos povos originários. Esses últimos, com intenção de sobreviver, fugiam cada vez mais para o interior, onde encontravam diferentes condições

climáticas e demográficas das que estavam habituados, levando a uma adaptação obrigatória, quando não, à morte e extinção de tribos (Olivieri, 2014, n.p.).

Apesar das fugas em busca de liberdade, tiveram grupos dizimados pelas doenças trazidas dos estrangeiros, que eram desconhecidas pelos povos (Puntoni, 2018, 19:03 – 19:19), ou também tiveram aqueles com finais piores, aqueles que perderam sua identidade e personalidade cultural e religiosa devido à escravidão, a catequização e pela tentativa de sobreviver em meio aqueles quem os tratavam de forma tão cruel e desumana (Guajajara, 2018, 16:09 – 16:39).

Desde o início do século XVI, o preconceito se perpetuou, chegando à atualidade, mantendo-se a mentalidade defasada de que os povos originários estão apenas ocupando terras férteis, que sua cultura e sabedoria é irrelevante para o progresso da sociedade e preservação do meio ambiente (Krenak, 2018, 21: 49 – 22:40). Muitos ainda defendem o uso dessas terras, seja para mineração até o uso para a agropecuária (Fellet, 2021, 09:10 - 10:45), sendo desconsiderado que esses poucos territórios sobreviventes são grandemente relevantes para tanto manter a cultura dos primeiros povos americanos, quanto para conservar o meio-ambiente, tendo em vista a redução da biodiversidade, o desmatamento em grande escala, a contaminação da terra (Guajajara, 2018, 24:09 – 24:29). As nações indígenas restantes não usam apenas do local, eles também a protegem, preservam essas terras, com o pensamento consciente de que elas também vão abrigar suas futuras gerações.

Para evidenciar de uma forma mais objetiva, pode-se comentar que antes da grande “descoberta europeia”, eram estimados 5 milhões de indígenas no Brasil, que agora na atualidade, se reduz ao lastimável número de 900 mil (IBGE, 2022). Porém, desse número, tem que se considerar quantos têm uma vida digna, uma vida que está consoante os direitos humanos.

Desde a colonização, os originários vêm sofrendo apenas reduções, doenças que se mantém até hoje - uma das principais dizimadoras é a malária. Além disso, outro problema contemporâneo é a falta de recursos, a fome se alastra pelas tribos e a ausência de medicamentos é circunstancial para a mortes que poderiam ser evitadas, como diversos profissionais da saúde afirmaram (Siqueira; Gonçalves, 03:05 - 05:48).

Nota-se que a situação dos indígenas não obteve melhoras relevantes até o momento, na realidade, apesar da sociedade ter evoluído, continua com uma mente fechada à

preservação dos povos que fizeram parte fundamental de sua história, que trouxeram conhecimento e costumes importantes.

3 A SITUAÇÃO ATUAL NAS TERRAS PROTEGIDAS

Como já mostrado, a situação dos povos originários no Brasil não é a melhor desde seus primeiros contatos com os portugueses, relações que geraram abusos, desrespeitos com os direitos humanos e extinção de algumas nações indígenas, advindas de doenças, conflitos sangrentos, preconceito e escravidão. Valendo ressaltar que no cenário atual, a história continua calamitosa.

No ano de 2020, iniciava-se a pandemia de Covid-19, época difícil para diversos brasileiros, mas ainda mais complexa para as minorias, como os indígenas, diante do aumento de problemas relacionados à saúde, como a ausência de profissionais da área, e falta de suprimentos, como alimentos e água potável, esses que já pioravam desde a posse do ex-presidente Bolsonaro, que afirmou que não iria fazer nenhuma demarcação de terra indígena a mais (Bolsonaro, 2019, 8:29 - 10:47), e cumpriu com sua palavra, ademais existem suas diversas falas em prol da mineração e da agropecuária em terras protegidas, essas que serviram apenas para favorecer e incentivar aqueles que praticam essas infrações.

Em um primeiro ponto, precisa-se analisar como a relação do desmatamento, garimpo e invasões constantes dos territórios indígenas afetam seus verdadeiros donos. Essas práticas ilícitas afetam a fauna e a flora da região, como, por exemplo, a contaminação da água e peixes pelo mercúrio - muito usado para achar ouro - os sons altos do maquinário pesado afasta os animais que seriam alimento para as tribos, além de afetar diretamente os povos, com mortes diversas oriundas dos constantes conflitos, em que o indígena tenta proteger sua terra afastando os malfeitores, sendo que os grupos de preservação conseguem enfrentar quando os criminosos estão em pequenos grupos, mas sendo o contrário, somando com a existência de armas de fogo, a situação torna-se desbalanceada (Biernath; Gonçalves, 01:19 – 02:14).

Outra visão, acerca destes invasores, é que por consequência do seu poder nessas áreas, eles afastam os protetores que vêm de fora, como os agentes da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), órgão que está com falta de funcionários, devido à realidade de que assumir um cargo na fundação é sinônimo de ameaças constantes e o grande risco à vida (Granchi, 2022, 02:50 - 03:39).

Um caso que ficou famoso de defensores dessa minoria, foi o assassinato do indigenista brasileiro Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips, em que o segundo estava escrevendo um livro sobre a situação local.

O crime acima foi rapidamente resolvido, sendo que aconteceu no início de junho de 2022, e no final desse mesmo mês, já havia suspeitos presos. Essa velocidade se deve por envolver um estrangeiro, o que levou a diversas pressões internacionais para que o Brasil punisse os causadores da tragédia (Brasil, 2022, n.p.). Contudo, outros casos parecidos aconteceram, com indivíduo sem grande destaque na mídia ou internacionalmente, não acarretando uma busca para uma solução, como nos casos dos protetores: Chico Mendes, Doroty Sthang, Zé Cláudio, Maria e Maciel Pereira dos Santos (morreu alguns meses antes do assassinato de Dom e Bruno, porém teve bem menos destaque e esforços para a solução do crime, na época do assassinato da dupla, seu caso ainda estava sem resposta) (Brasil, 2022, n.p.).

Ainda acerca desses invasores e como afetam a região, pode-se citar o descaso do Estado com toda essa situação, em que o nível do absurdo do que ocorre ali chega a ser desesperador. Um documentário da BBC News Brasil revela venda ilegal de terras na Amazônia pelo Facebook, postado através do YouTube, em 26 de fevereiro de 2021, mostra uma enorme falha na rede e falta de fiscalização por parte do governo, sendo que a venda de terras tão importantes são tratadas de forma, igualmente banais, algo que é difícil de acreditar, mas muito comum.

No documentário, a BBC contrata uma pessoa para ir disfarçada de representante de pessoas interessadas em comprar as terras, para conversar com esses vendedores, em Rondônia, áreas que são perto de zonas protegidas legalmente. Todos os encontros se mostram frutíferos, esses “vendedores” sempre acabam aceitando-os e falando sobre as propriedades, com o preço podendo encarecer se ela já vem ou não desmatada. Em geral, os vendedores confirmam a ausência de documentação da propriedade sobre as terras, que elas são protegidas pelo Estado, mas, segundo eles, a fiscalização dificilmente chega nessas áreas e quando alcança, pode-se usar o método da grilagem.

Esse comércio em Rondônia é muito forte, além dele há a venda de ouro, em que os ourives alegam não saber ao certo a origem do produto, que, na verdade, somente comprou de outro vendedor, gerando muitas mentiras e desculpas, mas sem ninguém realmente conseguir verificar a procedência do minério (BBC, 2022, 02:11 - 02:40).

Ainda, no final do documentário, são apresentadas falas políticas sobre tutela dessas áreas, mas as ações resultaram em nenhuma melhoria, é mostrado afirmações desses ‘vendedores’ alegando que conseguem auxílio político para a legalização da terra, afirmando que depois que o ex-presidente assumiu o cargo, suas ações facilitaram esse comércio ilegal.

Contudo, é possível, como contraponto, afirmar a existência de responsabilização diante da prática de garimpo ilegal, desmatamento, criação de gado em terra protegida, porém, indivíduos que fazem disso seu ‘ganha-pão’, para sobrevivência.

Analisando outros pontos, é necessário ressaltar como a falta de recursos enviados para comunidades passando por dificuldades é alarmante. Afora os medicamentos que não são repassados para as tribos, é preciso citar a questão alimentícia, uma vez que existem tribos que a caça e a colheita própria já não é capaz de gerar sustento suficiente (Biernath, André, 2023, 1:19 – 2:14), restando ao governo brasileiro a obrigação de intervir, para garantir que os direitos dessa minoria sejam efetivados, nos termos do art. 1º, parágrafo único, Lei 6.001/1973 (“Estatuto do Índio”), que garantem aos indígenas todos deveres e direitos previstos nas leis do País, ou seja, eles têm direitos garantidos como o da alimentação e segurança presentes no art. 6, caput, Constituição Federal. Contudo, os alimentos e água potável chegam em pouca quantidade, quando recebem algo, acarretando fome e enfraquecimento, o que deixa a população mais suscetível a doenças.

Diante de todo o exposto, fica evidente os diversos problemas que os povos originários enfrentam para conquistar o mínimo direito de sobrevivência. Tendo diversos direitos humanos violados, direitos previstos na Constituição Federal, como, por exemplo, o da dignidade da vida humana, a igualdade, a saúde, a alimentação, a segurança, etc., sendo inequívoca a atuação e uma resposta ativa do Estado brasileiro para a proteção e melhoria de qualidade de vida desse povo já tão atacado.

4 A (IR)RESPONSABILIDADE ESTATAL: DA OMISSÃO À DIZIMAÇÃO DOS POVOS

Tendo sido comprovado a situação deteriorante e precária que os povos indígenas passam atualmente no Brasil, é necessário explicitar, com fatos, o porquê de o governo ser um aliado dessa realidade.

Primeiramente, pode-se citar a fala de Jan Jarab (2023), representante na América do Sul do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos: “[...] após vários alertas feitos ao governo brasileiro sobre a grave situação humanitária enfrentada pelos indígenas yanomami que vivem em comunidades no norte do Brasil, “as medidas tomadas foram claramente insuficientes”.”

Na entrevista que o representante concedeu a jornalista Julia Braun, da BBC News Brasil, postada em 3 de fevereiro de 2023, o mesmo afirma que em setembro de 2021, havia ocorrido uma reunião com a então Alta Comissária dos Direitos Humanos, Michelle Bachelet, líderes dos povos yanomamis e ativistas defensores dessas comunidades, na qual já havia sido comentado acerca das invasões dos garimpeiros às terras demarcadas, a grande contaminação por mercúrio e a grave situação de saúde, em destaque a das crianças, problemas que desde da época já eram levados ao Estado brasileiro.

Ademais, em maio de 2022, durante a comemoração dos 30 anos de demarcação dos territórios, ele foi enviado para visitar o país buscando entender como era a verdadeira situação dos indígenas, o que o levou a encontrar cenários de invasão de garimpeiros, violência, desnutrição e péssimas condições de saúde - desde a contaminação por mercúrio ao aumento de casos de malária devido à água parada - que ouviu das lideranças indígenas, ainda casos de abusos sexuais das mulheres que vivem em aldeias perto dos garimpos, o recrutamento e incentivo ao alcoolismo dos mais jovens, tudo isso sendo relatado aos Três Poderes em Brasília, mas segundo o mesmo, os encontros não foram frutíferos.

Questões que levam a duas perguntas importantíssimas da BBC News Brasil, com o tema voltado ao âmbito jurisdicional do problema:

BBC News Brasil - Exatamente quais direitos humanos dos yanomami o senhor acredita que estão sendo violados neste momento, considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos e os demais tratados da área?

Jarab - São vários direitos sendo violados. Evidentemente em casos de violência, podemos falar até no direito mais básico, o direito à vida. Quando se trata da contaminação por mercúrio, falamos sobre o direito à saúde e a um meio-ambiente saudável. Mas também podemos falar especificamente dos direitos das mulheres, no contexto das ameaças e agressões sexuais. Ou ainda dos direitos das crianças, que são as mais afetadas pela desnutrição.

Nosso Escritório acredita que a emergência de saúde e nutrição deve ser a primeira a ser abordada. Se constatou que o nível no apoio à saúde estava em situação desfavorável nos últimos anos. Os yanomami estavam praticamente abandonados, a cobertura de saúde era muito insuficiente.

BBC News Brasil - Há um entendimento distinto ou direitos excepcionais quando falamos de direitos humanos de povos indígenas?

Jarab - Sim. Há, por exemplo, a Convenção 169 da OIT [Organização Internacional do Trabalho], que protege particularmente os direitos dos povos indígenas, ou então

a Declaração dos Povos Indígenas, na qual o elemento mais importante é o direito a consulta e ao consentimento, sobretudo à respeito daquilo que pode afetar a vida na comunidade.

Isso é muito importante quando falamos dos direitos coletivos dos povos indígenas, pois antes de qualquer projeto que pode afetá-los, inclusive projetos legislativos, tem que haver uma consulta prévia que seja livre, informada, culturalmente adequada e de boa-fé.

Analisando a explicação de Jan Jarab (2023), representante na América do Sul do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, dada a jornalista Julia Braun, da BBC News Brasil, pode-se ver diversos direitos humanos sendo infringidos, alguns ainda presentes na Constituição Federal Brasileira, que abordam a dignidade da pessoa humana, a erradicação da pobreza, o direito a todos à educação, segurança, saúde, além de especificar os direitos atribuídos aos indígenas, sendo eles: a livre expressão de sua religião e cultura, a proteção às suas terras demarcadas, e também, o direito pela busca de seus direitos, sendo essas proteções presentes no art. 1, III, CF; art. 3, III, CF; art. 3, IV, CF; art. 4, II, CF; art. 231, caput, §§ 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, CF; art. 232, CF

Ainda, existem outras normas que criadas na defesa desses povos, como a lei n.º 6.001/1973, mais conhecida como “Estatuto do Índio”, a Convenção n.º 169, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho (Organização Internacional do Trabalho, 2021, n.p.), a Declaração de Direitos dos Povos Indígenas (UNESCO, UNIC-Rio e ISA, 2008, fls. 3), dentre diversas mais leis, convenções e declarações que buscam proteger os povos originários.

Assim, analisando os graves problemas relacionados à saúde, segurança, proteção e preservação das terras, reconhecimento da importância das diversas etnias e conhecimentos presentes entre os indígenas, é questionável, como mesmo após diversos alertas de organizações protetoras, nada de grande importância ou relevância foi feito.

Na realidade, além desses agravos, essas comunidades encontrou outro problema, a PL 2.903/2023, em que seu texto já tramitava pela Câmara para aceitação a mais de 15 anos, conhecida como o projeto de lei do “Marco Temporal”, em que se é pedido que só fossem reconhecidas terras indígenas que eram ocupadas a partir da promulgação da Constituição mais recente, ou seja, a de 1988, projeto que ainda tem de passar por votações (Agência Senado, 2023, n.p.).

Diante de todo o exposto, é visível os diversos problemas que as comunidades indígenas enfrentam, como a falta de suprimentos médicos, de alimentos, de água potável, além dos constantes conflitos em que os indígenas tentam proteger e preservar suas terras dos invasores, tudo isso ocorrendo, apesar de diversas leis, como a Constituição Federal e o

“Estatuto do Índio”, convenções, exemplificado pela Convenção nº169, declarações internacionais que buscam protegê-los e ajudá-los. O que mostra-se que a omissão Estatal vem sendo um fato no Brasil, em que mesmo o país tendo todo apoio legal para defender os povos originários, não o faz, apenas toma medidas irrelevantes para uma melhora.

CONCLUSÃO

A pesquisa demonstrou que o preconceito e o descaso com os povos indígenas são estruturais, desde que a Europa descobriu as terras americanas, com intenções de dominação diante do interesse econômico, em que as terras férteis e vastas do Novo Continente representavam apenas o lucro, sendo uma perspectiva totalmente diversa da dos nativos tinham apenas uma visão curiosa, em que buscavam conhecer o diferente e abraçá-lo.

O termo “etno fobia” se adequa perfeitamente a situação advinda desde do início do século XV, tornando o preconceito enraizado na mentalidade do brasileiro e, apesar de existir organizações governamentais, como a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari, e ainda, uma fundação estatal, a FUNAI, para proteger esses povos, há esse grande obstáculo que vem do berço.

Ainda no contexto atual, pode-se encontrar novos conflitos que ameaçam os indígenas, como, por exemplo, a realização de garimpo, com uso de tecnologia. O que antes era um problema pelo mercúrio na poluição das águas, se torna mais um percalço na vida cotidiana, diante do alto barulho do maquinário, que afasta as fontes de alimento das tribos, favorecendo a grave situação famélica. Além disso, o desmatamento realizado tanto para transporte dos equipamentos para o garimpo, como também para o agronegócio, acaba desgastando a terra de forma contínua, tornando extremamente difícil a agricultura familiar.

É importante ressaltar, entretanto, que não é possível culpabilizar somente os indivíduos que trabalham no local, pois, tais pessoas, que atuam no trabalho braçal, só estão em busca de uma fonte de renda e sustento familiar, em condições de trabalho inseguras, que colocam a risco a vida e integridade física dos indivíduos.

Os indivíduos que lucram com a violação dos direitos humanos dos indígenas provavelmente nunca estiveram no local e se as condições para os trabalhadores já são degradantes e desumanas, pior ainda se mostra a situação do indígena, que enfrenta problemas ainda maiores, como a insuficiência de alimentos, a água contaminada por mercúrio, os medicamentos que não chegam nas tribos, os constantes conflitos para proteção das terras

pertencentes aos indígenas, evidenciando menos recursos e ausência de efetividade na tutela estatal.

Apesar das inúmeras leis, convenções, declarações de direitos humanos, que o Brasil participa e é signatário, como a Convenção n.º 169 e a Declaração das Nações Unidas dos Povos Indígenas, que preveem a tutela dos indígenas, restou evidente que as mesmas são ignoradas e a omissão estatal é reafirmada com ausência de incentivo na investigação de crimes, bem como de responsabilização em face dos verdadeiros responsáveis pelo atentado e dizimação dos povos indígenas.

É óbvio que não basta que sejam realizadas operações apenas para cessar os garimpos nas regiões, é preciso que a Polícia Federal invista nesses casos, procurando aqueles que financiam o comércio ilegal e são mandantes das condutas criminosas.

É necessário que o Estado tenha fiscalização efetiva, com uso tecnológico, para responsabilizar os agentes que acarretam degeneração dos territórios protegidos, como, por exemplo, os vendedores de terras demarcadas legalmente, ou ainda, dos próprios políticos que fazem apologia ao uso ilegal delas, inclusive com a condenação dos indivíduos que difundem desinformação e negócios ilegais, para chegar na raiz do problema.

Ao mesmo tempo, também é evidente a omissão do Estado, por intermédio de seus representantes, quando sequer fornece recursos aos povos indígenas, como quites de alimentos, produtos médicos, água potável, sendo uma forma de combater as condições deteriorantes e auxiliar no fortalecimento dessa minoria já tão negligenciada, diante da situação atual de calamidade que pode acarretar o extermínio dos povos e da rica cultura.

REFERÊNCIAS

A Última Floresta. Direção de Luiz Bolognesi. Amazônia: Gullane Filmes, 2021. Netflix (76 min.). Acesso em: 12 de agosto de 2023.

BIERNATH, André. **Por que governo Bolsonaro é investigado sob suspeita de genocídio contra yanomam.** Youtube: 28 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U2vVLpir7kQ>. Acesso em: 05 de agosto de 2023.

BRASIL, Kátia. **Dom e Bruno: do trabalho à morte brutal.** Amazônia Real, Manaus, 21 de junho de 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/dom-e-bruno-do-trabalho-a-morte-brutal/>. Acesso em: 07 de agosto de 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRAUN, Julia. **Fizemos vários alertas sobre os yanomamis ao governo, mas resposta foi insuficiente, diz representante da ONU**. BBC News Brasil, Londres, 03 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/ce95z449k74o>. Acesso em: 07 de setembro de 2023.

BBC News Brasil. **Ouro de Sangue: para onde vai o ouro ilegal garimpado na Amazônia?**. Youtube: 08 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CX2Jc4Rsyyw>. Acesso em: 26 de agosto de 2023.

CENTRO de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC-Rio); CIÊNCIA e a Cultura (UNESCO); INSTITUTO Sócio Ambiental (ISA); ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas para a Educação. **DECLARAÇÃO das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas: perguntas e respostas**. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/declaracao_nacoes_unidas_povo_indigena.pdf. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

DIA da Pessoa Indígena: Entenda a importância da Convenção No. 169 da OIT sobre os Povos Indígenas e Tribais. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Brasil, 19 de abril de 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_781508/lang--pt/index.htm#:~:text=A%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20N%C2%BA%20169%20C3%A9,dos%20povos%20ind%C3%ADgenas%20e%20tribais. Acesso em: 08 de setembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 6001**, de 19 de dezembro de 1973. Estatuto do Índio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, 21 de dezembro de 1973.

FELLET, João. **Documentário: BBC revela venda ilegal de terras na Amazônia pelo Facebook**. Youtube: 26 de fevereiro de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QpTMqTo_ycc. Acesso em: 04 de agosto de 2023.

FELLET, João. **Garimpeiro ilegal mostra rotina de fugas em terra indígena no YouTube**. Youtube: 21 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rAJm-L5sHiw>. Acesso em: 05 de agosto de 2023.

GRANCHI, Giulia. **O laço entre traficantes e exploradores ilegais na Amazônia**. Youtube: 16 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=goODdL0JwV8>. Acesso em: 04 de agosto de 2023.

GUERRAS do Brasil.doc (Temporada única, ep. 1). Direção de Luiz Bolognesi. Brasil: Burity Filmes e TV Brasil, 2018. Netflix (26 min.). Acesso em: 12 de agosto de 2023.

OLIVIERI, Antonio Carlos. **Índios - O Brasil antes do descobrimento**. UOL, 29 de abril de 2014. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/indios-o-brasil-antes-do-descobrimento.htm>. Acesso em: 07 de setembro de 2023.

PAUTA da CCJ tem marco temporal e atualização da Lei de Cotas. Senado notícias, Brasília, 25 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/25/pauta-da-ccj-tem-marco-temporal-e-atualizacao-da-lei-de-cotas#:~:text=O%20marco%20temporal%20para%20reconhecimento,atualiza%20a%20Lei%20de%20Cotas>. Acesso em: 30 de setembro de 2023.

YANOMAMI - povos indígenas no Brasil, Povos indígenas no Brasil, Amazônia. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>. Acesso em: 07 de setembro de 2023.

Submetido em 16.10.2023

Aceito em 19.10.2023